

A apropriação política e cognitiva da natureza americana: uma análise da concepção de História Natural presente nas *Ordenanzas para la formación del libro de las descripciones de Indias* (1573), na *Instrucción y Memória* (1577) e na obra *Geografía y Descripción Universal de las Indias* de Juan López de Velasco

Flávia Preto de Godoy Oliveira¹

Nomeado Cosmógrafo e Cronista Maior no ano de 1571, Juan López de Velasco esteve envolvido durante as décadas seguintes na coleta, na organização e na compreensão de informações relativas ao Novo Mundo que chegavam ao *Consejo de Indias*, uma vez que entre as funções de seu cargo estavam a recopilação e a ordenação dos dados enviados e a escrita de crônicas e geografias oficiais. Ligado às reformas promovidas por Juan de Ovando y Godoy, López de Velasco também teve um papel significativo na elaboração das *Ordenanzas para la formación del libro de las descripciones de Indias* em 1573 e da *Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones y descripciones de los Pueblos de Indias*. Além disso, entre 1571 e 1574 escreveu *Geografía y Descripción Universal de las Indias*, obra que somente foi impressa no século XIX, inicialmente destinada aos membros do *Consejo* e ao rei, na qual compila e apresenta os dados relativos a cada região das Índias acessíveis até aquele momento. Juan López de Velasco era, portanto, uma figura fundamental em relação aos saberes sobre o continente americano, não somente no que concerne aos conhecimentos sobre a América disponíveis pela estrutura burocrática da Monarquia Católica, mas também fundamental frente à definição dos anseios oficiais por novas descrições e informações.

Esta apresentação buscará evidenciar algumas ideias centrais e as formas de organização presentes nos três documentos citados, entretanto, enfocando um aspecto bastante específico: sua concepção de História Natural. De que maneira a fauna e a flora americana foram apreendidas na obra de López de Velasco? Quais eram as determinações presentes nas

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: fgodoy@usp.br

Ordenanzas de 1573 e nos questionários de 1577 sobre o tema? Como estavam organizadas essas fontes e de que forma dividiam o mundo natural? Quais os elementos postos em relevo pelas determinações da década de 1570 e em *Geografía y Descripción Universal de las Indias*? Além disso, serão investigadas as responsabilidades do cargo de cosmógrafo e cronista maior das Índias, ocupado por Juan López de Velasco no que concerne ao estudo do mundo natural, por meio da análise das *Ordenanzas Reales del Consejo de Indias* de 1571. Da mesma forma, buscarei as conexões e as convergências dessas fontes com as obras de História Natural que eram produzidas no mesmo momento na Europa. Entre os objetivos deste trabalho também está a análise da relação dos documentos citados e o processo de apreensão e possessão cognitiva e também política².

Em 1571, fruto da reestruturação do *Consejo de Indias*, foram elaboradas e aprovadas as *Ordenanzas Reales del Consejo de Indias*, nas quais delimitavam-se as zonas de atuação do *Consejo*, bem como foram estabelecidos os cargos e as funções associados à instituição. Trata-se, portanto, de um documento bastante rico e minucioso no que concerne a suas determinações. Entre estas, logo nos parágrafos iniciais, encontrava-se o seguinte trecho:

(...) Porque nenhuma coisa pode ser entendida, nem tratada como se deve, cujo assunto não seja conhecido pelas pessoas que dela tiverem de conhecer e determinar. Ordenamos e mandamos que os de nosso Conselho das Índias, com especial estudo e cuidado, procure ter feita sempre a descrição e a averiguação cumprida e certa das coisas do estado das Índias, assim da terra como do mar, naturais e morais perpétuas e temporais, eclesiásticas e regulares, passadas e presentes... segundo a ordem e forma do título das descrições, fazendo-as executar continuamente com muita diligência e cuidado³. (CONSEJO DE INDIAS, 1585)

² Parte das ideias apresentadas neste trabalho são resultados das discussões desenvolvidas no III Encontro de Jovens Investigadores em História Moderna, realizado em Évora entre 16 e 19 de maio de 2013. Este artigo apresenta apenas conclusões preliminares da pesquisa de doutoramento em desenvolvimento.

³ Porque ninguna cosa puede ser entendida ni tratada como debe, cuyo sujeto no fuere primero sabido de las personas que de ella hubieren de conocer y determinar. Ordenamos y mandamos que los de nuestro Consejo de las Indias, con particular estudio y cuidado, procuren tener hecha siempre descripción y averiguación cumplida y cierta de las cosas del estado de las Indias, así de la tierra como de la mar, naturales y morales perpetuas y temporales, eclesiásticas y reglares, pasadas y presentes, y que por tiempo serán sobre que puede caer

A responsabilidade da elaboração de relações (obras) contendo as descrições dos assuntos relativos às Índias caberia, sobretudo, ao cosmógrafo e cronista maior⁴. No entanto, além de delegar a incumbência de determinadas tarefas, as *Ordenanzas Reales de Consejo de Indias* evidenciam, especialmente neste excerto, a necessidade de informações sobre os territórios além mar, inclusive no que concerne ao mundo natural, seja ele terrestre ou marítimo; interesse e precisão que não eram novos, como apontou Raquel Álvarez Peláez (1989), estavam presentes, desde o final do século XV, nas cédulas reais e nas instruções remetidas à capitães, governadores, vice-reis entre outros, em que era realçada a importância da obtenção de conhecimento sobre os territórios adicionados ao domínio da monarquia⁵. No trecho transcrito acima, implicitamente, é perceptível a associação entre o saber e o melhor aproveitamento das riquezas e administração – nada poderia ser entendido e, por consequência, feito de modo correto (tratado) sem o devido domínio do assunto. Nesse sentido, as informações compiladas pelo cosmógrafo e cronista maior poderiam servir a fins bastante pragmáticos e de grande relevância dentro da estrutura de governo, ainda que sejam para legitimar futuras decisões, aumentar as possibilidades de êxitos de determinadas ordens ou mesmo por uma questão de controle (BRENDHECKE, 2012: 118)⁶. Entre os dados que deveriam ser apresentados pelo detentor do cargo, segundo as determinações de 1571, estavam aqueles ligados à localização e à geografia (longitudes, latitudes, número de léguas etc) das cidades e dos territórios; as descrições dos costumes, dos ritos, das histórias e dos acontecimentos dos povos que lá viviam; os temas referentes às rotas e às navegações, bem

gubernación, o disposición de ley, según la orden y forma del título de las descripciones, haciéndolas ejecutar continuamente con mucha diligencia y cuidado.

⁴ A criação do cargo de cosmógrafo e cronista estava associada a ordenação das descrições e relações, conforme já subscrevia Ovando em sua consulta a Filipe II em 1571. Cf. (MANZANO MANZANO, 1991: 249). A nomeação de López de Velasco ao cargo ocorreu no mesmo período em que foram decretadas as *Ordenanzas* de 1571.

⁵ Em um trabalho recente, Arndt Brendecke elabora uma interessante discussão acerca do acoplamento entre a informação e a decisão. Além de diferenciar conceitos que atualmente muitas vezes podem ser encarados como sinônimos, no caso saber e (deter) informação, ele aponta que a relação que se estabelece na Monarquia Católica no período não entre saber e poder, mas entre o postulado de saber e o domínio. (BRENDHECKE, 2012: 121).

⁶ Ainda que esteja presente no documento de 1571, essa associação entre o conhecimento e a ação por parte daqueles que governam, é necessário matizar essa relação direta. Não necessariamente todas as informações teriam impacto ou alterariam a tomada de decisões. É importante frisar que, neste artigo, penso o discurso normativo não como resultante de ações concretas, mas como ele próprio engendra uma esfera de interesse e cria também uma justificativa evidenciando uma necessidade.

como o possuidor do cosmógrafo e cronista assumia o compromisso de relatar sobre a história natural das terras do Novo Mundo:

(...) Assim mesmo, porque as coisas naturais das Índias sejam sabidas e conhecidas, o cronista cosmógrafo das Índias recopile e vá sempre recolhendo a história natural das ervas, plantas, animais, aves e pescados e outras coisas dignas de se saber, que nas províncias, ilhas e mares, e rios das Índias houver, segundo que o puder fazer, pelas descrições, avisos que se enviarem daquelas partes, e por as mais diligências que com nossa autoridade, e ordem do conselho se poderá fazer⁷. (CONSEJO DE INDIAS, 1585)

Logo, o cosmógrafo e cronista maior não poderia permanecer alheio às temáticas ligadas à fauna e à flora do Novo Mundo, entretanto, cabia a ele reunir as informações a partir dos relatos recebidos do território americano ou por outros mecanismos acionados pelo *Consejo*. Dessa forma, na década de 1570, a História Natural estava configurada dentro da esfera de interesses sobre o ultramar, característica que se repete em outros documentos da época, como é o caso das *Ordenanzas de descripción* de 1573.

Sancionadas por Filipe II, em 1573, as *Ordenanzas para la formación del libro de las descripciones de Indias* tinham como objetivo central a padronização do sistema de coleta de informações e de averiguações sobre os territórios das Índias Ocidentais. Segundo Ponce Leiva (1988), ainda que houvesse tentativas de coleta de informações desde o século XV, apenas com as *Ordenanzas* houve uma sistematização de caráter mais geral e preciso. Composta por 135 capítulos, elas determinavam a quem cabia recolher os dados exigidos, as temáticas abordadas, o modo de realização e a ordem que deveriam ser apresentadas as relações.

Os primeiros capítulos especificavam quem eram os responsáveis por ordenar a confecção das relações e aqueles que as produziriam (membros do *Consejo*, eclesiásticos, vice-reis, oficiais da fazenda, fiscais, autoridades locais etc). Os capítulos seguintes definiam as matérias que deveriam ser descritas: cosmografia, corografia, hidrografia, aspectos

⁷ (...) Así mismo, porque las cosas naturales de las Indias sean sabidas y conocidas. El cronista cosmógrafo de Indias, recopile, y vaya siempre coligiendo la historia natural de las yerbas, plantas, animales, aves, y pescados, y otras cosas dignas de saberse, que en las provincias, islas, y mares, y ríos de las Indias hubiere, según que lo puidere hacer, por las descripciones y avisos que se enviaren de aquellas partes, y por las más diligencias que con autoridad nuestra, y orden del consejo se podrán hacer.

administrativos e eclesiásticos, história moral e história natural. Em relação a esse último aspecto, o capítulo 17 das *Ordenanzas* define os assuntos abarcados:

(...) 17. A História Natural perpétua de cada região e província e de cada lugar, e especialmente as nações de homens que há e as naturezas e qualidades deles, animais da terra, bravos e silvestres, e animais domésticos e mansos, aproveitamentos que têm, como os caçam, criam, beneficiam e poderiam beneficiar, pescados das águas, utilidade deles; como os pescam, aproveitam e poderiam aproveitar; aves bravas e domésticas, como as caçam, criam, aproveitam e poderiam aproveitar; animais, insetos e serpentes e os aproveitamentos que deles tiram e os que mais poderiam obter; árvores e plantas silvestres e de cultura para madeira, lenha, frutíferas naturais da terra e levados da Espanha e os aproveitamentos que cada um tem e os mais que poderiam ter, ervas silvestres e de cultura, aproveitamentos que têm, como as beneficiam e poderiam beneficiar; minerais de ouro, prata, ferro, aço, cobre, estanho e outros metais; sal, alumínio, cores e outros minerais e de pedras preciosas e pesca de pérolas, o que de cada coisa se beneficia e por qual ordem e como poderiam se beneficiar mais; enfermidades que há em cada terra comumente, os medicamentos, benefícios e remédios para elas.⁸ (CONSEJO DE INDIAS, 1573, In: SOLANO, 1988: 22)

Assim, nota-se que as *Ordenanzas de descripción* estavam consonância com as medidas elaboradas nas *Ordenanzas Reales del Consejo de Indias* no que concerne ao tipo de informação que deveria estar presente nas atividades do *Consejo*. De certa forma, as determinações de 1573 complementavam aquilo estabelecido dois anos antes, definindo parte dos instrumentos para que o cosmógrafo e cronista e outros funcionários pudessem produzir informações acertadas e pertinentes sobre as Índias Ocidentais.

⁸ “(...) 17. La Historia Natural perpetua de cada región y provincia y de cada lugar, y especialmente las naciones de hombres que hay y las naturalezas y calidades de ellos, animales de la tierra, bravos y silvestres, y animales domésticos y mansos, aprovechamientos que tienen, cómo cazan, crían, benefician y podrían beneficiar, pescados de las aguas, utilidad de ellos; cómo los pescan, aprovechan y podrían aprovechar; aves bravas y domésticas, cómo las cazan, crían, aprovechan y podrían aprovechar; animales, insectos y serpientes y los aprovechamientos que de ellos sacan y los más que podrían sacar; árboles y plantas silvestres y de cultura para madera, leña, fructíferos naturales de la tierra y llevados de España y los aprovechamientos que cada uno tiene y los más que podrían tener; hierbas silvestres y de cultura, aprovechamientos que tienen, cómo las benefician y podrían beneficiar; mineros de oro, plata, hierro, acero, cobre, estaño y otros metales; sal, alumbre, colores y otros mineros y de piedras preciosas y pesquerías de perlas, lo que de cada cosa se beneficia y por qué orden y los más que podrían beneficiar; enfermedades que hay comúnmente, las medicinas, beneficios y remedios para ellas.” O documento encontra-se disponível no Archivo General de las Indias (AGI, IG-427, L.29, f. 5v-66v).

Envolvendo as características perpétuas de cada região, ou seja, perenes, aquelas não deixariam de existir ao longo do tempo, a História Natural reivindicada pelo documento oficial se encarregaria de tratar das qualidades físicas dos homens dos nativos das Índias, bem como descrever os animais, as plantas e os minerais existentes e os usos que poderiam ser obtidos. Os verbos aproveitar e beneficiar são constantes no capítulo 17 e indicam uma percepção utilitária da natureza. Ademais, as determinações contidas no registro de 1573, evidenciam o impacto causado pelas espécies oriundas do Novo Mundo, as quais representavam simultaneamente desafios (uma vez que deveriam ser incorporadas ao conjunto de conhecimentos partilhados pelos europeus no período) e possibilidades (de geração de riqueza, de aproveitamento), não apenas à Coroa, mas a diferentes indivíduos, tais como estudiosos, conquistadores, comerciantes, boticários etc. No capítulo 20, que se referia às descrições das cidades e seus recursos, também foi reforçado o interesse pelo mundo natural, especialmente em relação aos vegetais e animais de uso alimentício – enfatiza a necessidade de relatar sobre as sementes, os gados, plantas e “*todas as outras coisas naturais de proveito*”⁹.

A própria concepção de História Natural é ratificada alguns capítulos adiante, em que se determinava que fossem descritas “*as coisas naturais que nas Índias se encontram que têm perpetuidade e não recebem variação ou muito raramente se mudam*”¹⁰. Nesse sentido, nas *Ordenanzas* de 1573, estabeleceu-se um limite do que deveria tratar essa área do saber, aquilo do mundo que não pode sofrer alteração, excluindo-se assim o universo humano dos hábitos, crença, formas de organizar etc. Mesmo que englobe os aspectos físicos dos indígenas, nota-se uma separação entre os assuntos próprios do homem em sociedade e os temas de natureza. Outro aspecto importante, a História Natural também abarcaria o estudo dos minerais, fato que pode ser associado à tradição aristotélica de compreensão do mundo natural. Esta concepção que abrangia também minérios e outros elementos dentro da História Natural também era compartilhada por outros autores, como o padre jesuíta José de Acosta

⁹ AGI, IG-427, L.29, f. 5v-66v

¹⁰ “(...) en esta ley mandamos poner el orden y forma que se ha de tener en describir las cosas naturales que en las Indias se hallan que tienen perpetuidad y no reciben variación o muy raras veces se mudan de que conviene tengan noticia los que gobiernan para saber lo que tienen de mandar y proveer acerca de ellas.” (CONSEJO DE INDIAS, 1573, IN: SOLANO, 1988: 40)

(O’GORMAN, 1985). Além disso, no documento de 1573, é possível perceber uma divisão da natureza pautada nas relações com os humanos, ou seja, os animais e plantas classificados como domésticos ou bravos, silvestres ou cultivados, o centro do pensar sobre a fauna e a flora tinha como referencial o homem. No que concerne aos animais, a separação entre insetos, animais da terra, aves, pescados e serpentes revela uma associação entre o modo de entender os seres vivos e suas relações com o ambiente em que vivem. É bastante comum, nas crônicas que abordam a natureza desse mesmo período, morcegos constarem em partes dedicadas às aves, bem como peixes-boi estarem junto aos pescados (VARGAS MACHUCA, 1898). As *Ordenanzas para formación del libro de las descripciones de Indias* não apenas reforçam um discurso sobre a necessidade de conhecimento sobre as terras americanas, como também circunscrevem aquilo que cabe relatar sobre os elementos naturais daquelas partes.

Dentro dessa mesma tendência, insere-se a *Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones y descripciones de los Pueblos de Indias* elaborada em 1577, cujo autor, provavelmente foi Juan López de Velasco. Esse documento demandava informações referentes à administração, população, geografia, história, igreja entre outros temas já pontuados nas *Ordenanzas* de 1573, porém de forma mais simplificada, direta e prática, por meio de 50 perguntas. O questionário deveria ser impresso e enviado às autoridades que se encontravam em todas as partes das Índias Ocidentais. Havia também uma seção inicial em que se davam instruções gerais sobre quem e como deveria responder às questões. Em relação à História Natural, tendo em vista a definição estabelecida anteriormente, caberiam cerca de nove perguntas (entre a 22 e a 30) envolvendo vegetais, animais e minérios. Assim, a cédula determinava que fossem feitos registros sobre:

22. As árvores silvestres que houver na dita comarca comumente, e os frutos e proveitos e as madeiras que delas se retiram, e para o que são ou seriam boas.
23. As árvores de cultura e frutíferas que há na dita terra, e as que são da Espanha e outras partes se tem levado, e se dão ou não se dão bem nela.
24. Os grãos e sementes e outras hortaliças e verduras que servem ou tem servido de sustento aos naturais.
25. As que da Espanha se tem levado, e se dá na terra o trigo, cevada, vinho, azeite em qual quantidade se colhe, e se há seda ou cochonilha

[inseto do qual se extrai corante cor de carmim] na terra e em qual quantidade.

26. As ervas ou plantas aromáticas com que se curam os índios, e as virtudes medicinais ou venenosas delas.

27. Os animais e aves bravos e domésticos da terra, e os que da Espanha se levou e como se criam e multiplicam nela¹¹. (CONSEJO DE INDIAS, 1577, In: SOLANO, 1988: 84)

As questões 28, 29 e 30 referiam-se respectivamente às minas de prata, ouro e outros minérios; às pedras preciosas e mármore; e às salinas. Pela leitura do documento, nota-se uma reprodução das diretrizes e das classificações expressas quatro anos antes. Segundo Alvarez Peláez (1988), as perguntas estariam centradas nos recursos animais e vegetais disponíveis, sejam como alimentos ou produtos de comércio, bem poderiam ser agrupados por meio de duas distinções centrais: selvagem ou de cultivo/ domesticado; próprios da terra ou originários da Espanha. No entanto, segundo a autora, esse interesse utilitário não significava ausência de curiosidade sobre animais e plantas raros ou endógenos. Tendo como objetivo alcançar um saber prático para os fins de administração, os questionários produziram um conhecimento básico, extensivo (abarcando uma grande extensão territorial), porém não aprofundado, uma vez que foi destinado a moradores, conhecedores da região e não especialistas.

Entretanto, alguns pontos merecem destaque na *Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones y descripciones de los Pueblos de Indias*. Primeiramente, o fato de haver questões específicas ao mundo natural, segregadas daquelas que tratam dos povos e das sociedades das Índias. Novamente, ainda que o homem seja o ponto de referência para as perguntas, estabelece-se uma distinção entre o humano (moral) e o natural. Outro ponto importante, o destaque, na questão 26, dos aspectos medicinais das plantas. A História Natural, especialmente a botânica, nasce vinculada à medicina e às potencialidades de cura dos vegetais. Obras como as de Dioscórides e Teofrasto foram publicadas e comentadas ao

¹¹ 22. Los árboles silvestres que hubiere en la dicha comarca comúnmente, y los frutos y provechos que de ellos y sus maderas se saca, y para lo que son o serían buenas. 23. Los árboles de cultura y frutales que hay en la dicha tierra, y los que de España y toras partes se han llevado, y si se dan o no se dan bien en ella. 24. Los granos y semillas y otras hortalizas y verduras que sirven o han servido de sustento a los naturales. 25. Las que de España se han llevado, y si se da en la tierra el trigo, cebada, vino y aceite en qué cantidad se coge, y si hay seda o grana en la tierra y en qué cantidad. 26. Las hierbas o plantas aromáticas con que se curan los indios, y las virtudes medicinales o venenosas de ellas. 27. Los animales y aves bravos y domesticos de la tierra, y los que de España se han llevado y cómo se criam y multiplican en ella.

longo dos séculos XV e XVI, visando o conhecimento farmacêutico; um dos principais autores quinhentista sobre a natureza do Novo Mundo, Nicolas Monardes, versava justamente sobre as propriedades terapêuticas dos vegetais americanos. Nesse sentido, o questionário de 1577 dialoga com uma tradição de estudos da flora no início do período moderno. E, por fim, também é fundamental ressaltar o papel do saber local dentro do questionário, especialmente dos indígenas, também destacados na questão 26. O saber nativo é apropriado e traduzido pelos questionários, ainda que de forma circunscrita, em um processo que se assemelha aquele descrito por Nieto Olarte (2006).

A estrutura, bem como as delimitações propostas pela legislação de 1573 e 1577 estavam também refletidas na obra, contemporânea, de Juan López de Velasco, *Geografía y Descripción Universal de las Indias*. Como mencionamos anteriormente, este trabalho permaneceu manuscrito até o século XIX, com poucas cópias, provavelmente menos de uma dezena (PORTUONDO, 2009: 172), tendo sido produzido a partir da documentação disponível no *Consejo de Indias* e alguns autores, como Gonzalo Fernández de Oviedo. Estava dividida em duas partes principais: a primeira abordando aspectos gerais e a segunda tratando das questões específicas de cada região das Índias, uma corografia. Além dos limites geográficos e de elementos de cunho histórico, na seção inicial, López de Velasco apresenta informações sobre o clima, o solo e sua fertilidade, os vegetais, animais, minérios, as populações indígenas (organização, costumes, religião etc), espanhóis residentes e a estrutura eclesiástica e de governo presentes nos territórios. Em geral, essas temáticas também estão presentes nas descrições de cada região, ainda que com detalhes próprios das localidades.

Segundo María Portuondo, a descrição do cosmógrafo e cronista maior sobre o clima, rios, terras e recursos naturais retrata abundância e fertilidade, no entanto, evitando exageros e elementos fantásticos (PORTUONDO, 2009: 174-175). Comparada a outros autores, o relato de López de Velasco é bastante sintético, permitindo, porém um panorama geral e específico das Índias e suas regiões. Para a autora, em sua obra, haveria uma tentativa de reconciliar as heranças intelectuais e literárias da cosmografia renascentista e as exigências burocráticas do cargo de cosmógrafo e cronista maior (PORTUONDO, 2009: 210).

Seguindo as diretrizes presentes nas *Ordenanzas* e que posteriormente foram retomadas nos questionários de 1577, em *Geografía y Descripción Universal de las Indias*, López de Velasco procurou separar as temáticas relativas aos homens, daquelas ligadas ao mundo natural, tanto em sua descrição geral, quanto no relato sobre partes específicas. O autor congrega as plantas, os animais e os minerais daquelas terras (especialmente seus usos e recursos) em determinados trechos reservados da narrativa.

Uma das formas de narrar e consequentemente de classificar as espécies encontradas era a distinção entre aquelas próprias do território e as oriundas da Espanha, conforme a legislação já havia determinado anteriormente. Ao descrever, por exemplo, as árvores das Índias, Juan López de Velasco, além de distinguir aquelas que eram também encontradas na Europa daquelas que eram do Novo Mundo, as separa entre as que fornecem madeira e as que eram frutíferas. Entre outras informações, nessa seção o cronista afirma:

(...) as [árvores] da terra não encontradas aqui [Espanha] são o ébano de Cuba e de outras partes e brasil e muitas árvores de madeira de cores com manchas, corticeiras que se fazem canoas, *guayacán* ou pau santo que tem uma madeira sólida, pesada e incorruptível, e medicinal para as inflamações dos bulbos [provavelmente referindo-se à sífilis]...¹² (LÓPEZ DE VELASCO, 1894: 16)

Identificar e distinguir as diferentes espécies encontradas era uma das tarefas que se impunham os naturalistas do XVI, para tanto mencionavam os detalhes de sua composição física e mesmo sua localização. Somadas às menções dos caracteres físicos das plantas, estava a exposição das possibilidades de uso das espécies (como madeira ou medicamento). Além disso, a diferenciação e a consequente classificação das árvores descritas nesse trecho da obra pauta-se menos nas partes físicas das árvores que em sua relação com os homens. Uma perspectiva antropocêntrica e utilitária coordena a narrativa de López de Velasco. Algo não exclusivo à sua *Geografía*, estava presente em outras crônicas sobre as Índias. A compreensão dos animais e das plantas do Novo Mundo era possível a partir da relação material (como medicamentos, alimentos, força de trabalho, periculosidade etc) e simbólica que esses espécimes possuíam com os homens e mulheres. Por isso, a serventia e os riscos (para aquelas

¹² “(...) los de la tierra no vistos por acá son ébano en Cuba y otras partes y brasil y muchos árboles de maderas de colores y jaspeadas, ceivos de que se hacen las canoas, guayacan ó palo santo que es de madera sólida, pesada y incorruptible y medicinal para las búas.”

espécies venenosas ou perigosas) eram destacados nos relatos sobre a fauna e a flora americana. Entretanto, não podemos atribuir esse enfoque como algo característico dos relatos sobre a América, mas que esteve presente na constituição da História Natural enquanto campo de saber destinado a estudar os animais e plantas, como mencionado anteriormente, sendo um dos mecanismos que tornavam os espécimes cognoscíveis para os leitores europeus.

Da mesma forma que a descrição era uma das marcas da História Natural no início do período moderno, também era o recurso por meio do qual a natureza americana se fazia conhecer em terras europeias, muitas vezes com detalhes bastante precisos sobre as espécies. Em suas descrições, os cronistas utilizavam, sobretudo, a comparação como meio de tornar inteligíveis os animais e plantas relatados. López de Velasco elabora menos comparações, quando fazemos paralelos a outros escritos como os de Acosta e de Oviedo, uma vez que em seu relato opta por enumerar as espécies mencionando apenas o nome. Entretanto, apesar disso, é possível observar algumas comparações. Para descrever o bicho-de-pé (nígua) o cosmógrafo cronista maior o compara à pulga (tamanho), os *adives* (tipo de raposa) são equiparados aos lobos (LÓPEZ DE VELASCO, 1894: 20-23). A comparação não era apenas recurso narrativo dos cronistas, era um mecanismo utilizado para tornar inteligíveis os animais e plantas, era uma tecnologia literária que permitia aproximar a descrição dos referenciais europeus e, ao mesmo tempo, distinguia e ordenava os seres vivos relatados. Tratava-se de um recurso que garantia a fiabilidade e o testemunho virtual dos leitores.

Obviamente, *Geografía y Descripción Universal de las Indias* não era uma obra de História Natural, da mesma forma que as leis analisadas anteriormente não foram escritas com fins “naturalistas”, tais fontes possuem especificidades e objetivos que muitas vezes ultrapassam os limites propostos pela disciplina. Contudo, ao abordarem o mundo natural americano, esses escritos compartilhavam determinados saberes e pressupostos que também alicerçavam a História Natural no início do período moderno. Alguns dos mecanismos empregados eram semelhantes, derivando, possivelmente, de uma percepção comum sobre a natureza, vinculada a uma cultura letrada, cujo intercâmbio de concepções e informações ainda é necessário ser investigado.

Analisar os diálogos entre as crônicas de Índias e outras obras tradicionalmente consideradas como científicas, rejeitando ideias como influências, proeminência ou antecedência, ainda é algo pouco explorado. Isso se deve, em parte, a uma historiografia da ciência que determinou um status periférico aos países ibéricos na constituição de conhecimentos, mas também à própria construção das crônicas enquanto gênero documental, cujo processo de recuperação esteve vinculado a determinadas visões que se cristalizaram.

Ademais, não parece completamente equivocada a afirmação de Raquel Alvarez Peláez ao destacar o estímulo criado pela chegada dos europeus à América para ciência europeia como um todo (ALVAREZ PELÁEZ, 1999: 15). Não se pode ignorar o impacto desse contato com as Índias Ocidentais em relação ao conhecimento da fauna e da flora, especialmente no que concerne à alimentação e à medicina, saberes vinculados, pelo menos a princípio, à História Natural. Entretanto, também não podemos negligenciar que, possivelmente, as novas formas de percepção e entendimento dos animais e plantas engendradas pelos naturalistas europeus durante o século XVI marcaram a maneira de descrever os espécimes americanos pelos cronistas. Assim, não podemos atribuir a esse processo um vetor único, mas uma direção dupla e inter-relacionada. A grande variedade de espécies americanas promoveu um impulso no ato de cognição do mundo natural, que, juntamente com outros fatores, gerou transformações importantes, contribuiu para a constituição da História Natural enquanto área de saber. As alterações dessa disciplina também tiveram efeitos sobre a forma de relatar a fauna e a flora do Novo Mundo. Logo, um espaço de circulação se configura, envolvendo não somente notícias e informações, mas também práticas e aspectos materiais (espécimes e sementes, por exemplo).

No entanto, compartilho a visão de John H. Elliott (2000), que ao enfatizar as transformações internas na Europa entre os séculos XVI e XVII, afirma que o impacto da América no velho continente foi menos dramático que acumulativo. Nesse sentido, a legislação aprovada na década de 1570 e a obra de López de Velasco representam um afã cumulativo que permitiu ao final do século a incorporação das Índias ao mundo ocidental.

Ainda que a autoria das leis não possa ser atribuída exclusivamente a Juan López de Velasco¹³ – e mesmo que o cosmógrafo cronista tenha utilizado de materiais como os de Alonso de Santa Cruz – não podemos negar que os três documentos partilhavam de uma estrutura e de concepções sobre o que deveria ser conhecido nas Índias, uma coesão teórica. Para Pilar Ponce Leiva, *Geografía y Descripción Universal de las Indias* seria uma obra produzida em consequência às *Ordenanzas*, tanto em relação à temática quanto em relação à estrutura interna, daí suas semelhanças. Haveria também, segundo a autora, uma preocupação comum nos documentos em relação à quantificação e atualização dos dados. Entretanto, para María Portuondo, o questionário de 1577 não seria uma continuidade, mas representaria uma ruptura epistemológica e metodológica com os outros dois documentos (*Geografía* e *Ordenanzas*). Com base no conceito de História Natural, é possível afirmar que Portuondo se equivoca, uma vez que há uma continuidade nas concepções envolvidas.

Acredito que as três fontes analisadas nesse trabalho são representativas do esforço administrativo da Coroa no final do século XVI em obter informações para o sobre os territórios americanos, tendo como figura central nesse processo o ocupante do cargo de cosmógrafo e cronista, que no período era Juan López de Velasco, cuja tarefa envolvia garantir a unidade para a massa documental disponível. Assim, não devem ser analisados isoladamente, apresentando uma considerável harmonia em suas demandas.

Além disso, as *Ordenanzas para la formación del libro de las descripciones*, a *Cedula, Instrucción y Memoria* e *Geografía y Descripción Universal* foram instrumentos importantes no processo de apropriação cognitiva e política do Novo Mundo, tendo a História Natural um papel importante para tal efetivação. Conforme assinalou Nieto Olarte, a distinção entre conhecimento e poder ou entre a ciência e a política pode causar compreensões equivocadas. A “*história natural e a política devem ser consideradas expressões de uma mesma estrutura de poder. Seria um erro tentar imaginar que o conhecimento da natureza não é parte de uma ordem social*” (NIETO OLARTE, 2006: 15). Conhecer os elementos da fauna, da flora e minerais disponíveis era não apenas reconhecer as possibilidades de riquezas à disposição,

¹³ Há uma discussão se Ordenanzas teriam sido escritas por López de Velasco ou Ovando (PONCE LEIVA, 1988)

mas também garantir o domínio, a possessão cognitiva e política do Novo Mundo. Possessão cognitiva que implicava em apreender animais e plantas, mas também se apropriar dos saberes dos nativos daqueles territórios em diálogo com a tradição de História Natural que se configurava no momento. Por fim, ainda que tivessem poucas repercussões práticas, esses documentos também representam uma tentativa de possessão política, um controle da natureza e uma delimitação do espaço, conhecer era o primeiro passo para que algo fosse tratado como se deve. Fazendo uso da expressão que intitula o livro de Mary L. Pratt (1999)¹⁴, os *olhos imperiais* já miravam o mundo natural antes dos setecentos.

Bibliografia

I. Fontes

CONSEJO DE Indias. *Cédula, Instrucción y Memória para la formación de las relaciones y descripciones de los pueblos de Indias* (1577). In: SOLANO, Francisco de. *Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias. Siglos XVI/XIX*. Madrid: CSIC, 1988.

_____. *Ordenanzas para la formación del libro de las descripciones de Indias* (1573). In: SOLANO, Francisco de. *Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias. Siglos XVI/XIX*. Madrid: CSIC, 1988.

_____. *Ordenanzas Reales del Consejo de Indias*. Madrid: Casa de Francisco Sanchez, 1585.

LÓPEZ DE VELASCO, Juan. *Geografía y Descripción Universal*. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Fortanet, 1894.

VARGAS MACHUCA, Bernardo. *Milicia y descripción de las Indias*. Madrid: Librería de Victoriano Suárez, 1892. Disponível em: <http://www.archive.org/details/miliciaydescrip00goog> . Acessado em 13/11/2011.

II. Referências Bibliográficas

¹⁴ Não se afirma aqui que o processo de consciência planetária delineado pela autora já ocorresse no século XVI, mas que o interesse imperial na investigação da natureza já estava presente nesse período.

ALVAREZ PELÁEZ, Raquel. “El cuestionario de 1577. La instrucción y memoria que se han de hacer para la descripción de las Indias de 1577.” In: SOLANO, Francisco de. *Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias. Siglos XVI/XIX*. Madrid: CSIC, 1988.

_____. “Felipe II, la ciencia y el Nuevo Mundo”. In: *Revista de Indias*, vol. 59, n. 215, 1999.

BREDECKE, Arndt. *Imperio e información: funciones del saber en el dominio colonial español*. Madrid: Iberoamericana/ Vervuet, 2012.

ELLIOTT, John. “Europa y América en la época Moderna.”. In: SANCHEZ MONTES, F.; ELLIOTT, J. H. Et all. (org). *La incorporación de las Indias al Mundo Occidental en Siglo XVI*. Granada: Universidad de Granada, 2000.

MANZANO MANZANO, Juan. *Historia de las Recopilaciones de Indias*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana/ Gráfica 82, 1991.

NIETO OLARTE, Mauricio. *Remedio para el Imperio: Historia natural y la apropiación del nuevo mundo*. Bogotá: Uniandes – Ceso, 2006.

O’GORMAN, Edmundo. “Prólogo”. In: ACOSTA, José de. *Historia Natural y Moral de las Indias*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

OGILVIE, Brian W. *The science of describing: natural history in Renaissance Europe*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

PONCE LEIVA, Pilar. “Los cuestionarios oficiales: ¿un sistema de control de espacio? In: SOLANO, Francisco de. *Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias. Siglos XVI/XIX*. Madrid: CSIC, 1988.

PORTUONDO, Maria M. *Secret Science: the Spanish cosmography and New World*. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

PRATT, Mary L. *Olhos do Império*. Bauru: Edusc, 1999.

SOLANO, Francisco de. *Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias. Siglos XVI/XIX*. Madrid: CSIC, 1988.